

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM SALA DE RECURSOS

Ana Claudia de Sousa Alves¹
Francisca Melo Agapito²
Maria Madalena Dullius³
Ieda Maria Giongo⁴
Morgana Domênica Hattge⁵

Categoria: Comunicação oral

Eixo Temático/Área de Conhecimento: Formação de recursos humanos em Educação Especial

RESUMO: A formação de professores para o atendimento em sala de recursos nos últimos anos tem sido tema de muitas discussões, pois ainda é um campo que merece atenção, principalmente quando se destaca a inclusão de alunos com deficiência na sala de aula comum. Assim este estudo tem como objetivo geral, analisar as formações de professores para atuarem em sala de recursos, oferecidas pelo SIADI, e se estas contribuem para a inclusão de alunos com deficiência na rede municipal de Imperatriz-MA. Foram utilizados autores e documentos da área da Educação Especial, tais como a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, com pesquisa de campo, que incluiu observação nas salas de recursos e os sujeitos pesquisados foram professores de salas de recursos. A coleta de dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas. Os dados foram analisados utilizando uma aproximação da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Os resultados evidenciaram que as formações estão proporcionando embasamentos teóricos e práticos para o exercício da prática em

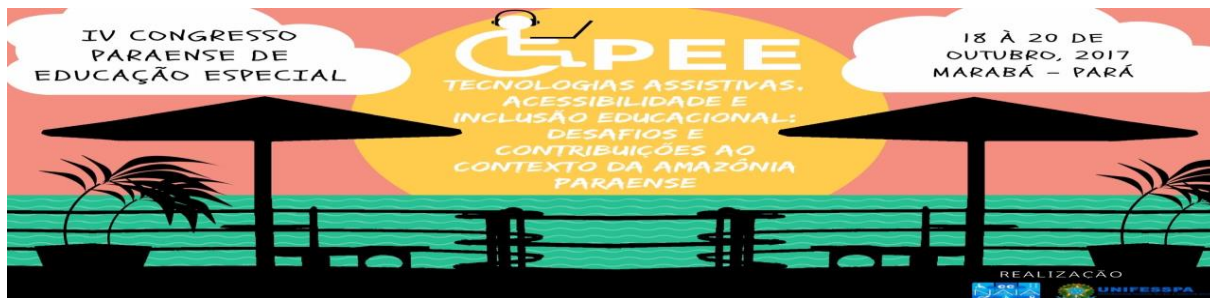
¹Ana Claudia de Sousa Alves. Doutoranda em Ensino (Universidade Vale do Taquari- UNIVATES/RS). Professora da Faculdade de Educação Santa Terezinha (FEST) E-mail: anapedagog@hotmail.com

² Francisca Melo Agapito. Doutoranda em Ensino (Universidade Vale do Taquari- UNIVATES/RS). Professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) E-mail: franciscaagapito@gmail.com

³ Maria Madalena Dullius. Doutora em Ensino de Ciências (Universidade de Burgos, Espanha). Professora do Programa de Pós Graduação em Ensino (UNIVATES/RS). E-mail: madalena@univates.br

⁴ Ieda Maria Giongo. Doutora em Educação (UNISINOS). Professora do Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências Exatas (UNIVATES/RS). E-mail: igiongo@univates.br

⁵Morgana Domênica Hattge. Doutora em Educação (UNISINOS) Coordenadora do Curso de Pedagogia (UNIVATES/RS). E-mail: mdhattge@univates.br



sala de recursos e que apesar dos desafios, a busca por conhecimentos tem sido uma constante para os profissionais envolvidos no trabalho de inclusão de pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Pessoa com deficiência. Sala de recursos.

1. INTRODUÇÃO

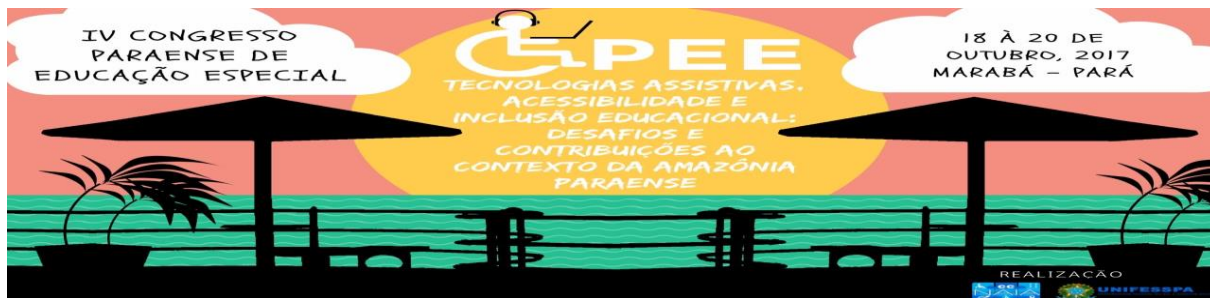
A inclusão de pessoas com deficiência é mundialmente discutida no meio educacional, isso porque, historicamente, a educação escolar caracterizava-se por privilegiar uma classe da sociedade, ao passo que, deixava à margem grupos considerados diferentes, os quais não se enquadravam no padrão social estabelecido, como negros, índios, mulheres, pessoas com deficiência, entre outros.

Assim a relevância desse estudo se deve pelo fato de que, mesmo diante de uma sociedade que exclui grupos, entre esses, pessoas com deficiência, nas três últimas décadas, especificamente no Brasil, cresce um número considerável de pesquisas que se propõem a estudar, refletir, discutir e apresentar mecanismos que ajudem a erradicar a discriminação e oportunizar a igualdade social.

Nesse aspecto, a Constituição Federal de 1988, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9394/1996), o Plano Nacional de Educação (PNE – Lei 10.172/2001) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Parecer do CNE/CB nº 17 de 2001) garante a educação para todos sem distinção, incentivando a ação pela igualdade e pelo direito à educação.

Assim, por meio das legislações, supracitadas, entende-se que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ser ofertado, preferencialmente, na rede de ensino público. Nesse sentido, o Ministério da Educação (MEC), através do Conselho Nacional de Educação e a Câmara (CNE/CNB), expressa, no Parecer Nº17/2001, a necessidade de atendimentos direcionados à Educação Especial, na Educação Básica de acordo com os direitos constitucionais.

**IV CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
18 a 20 de outubro de 2017 – UNIFESSPA/Marabá-PA
ISSN 2526-3579**



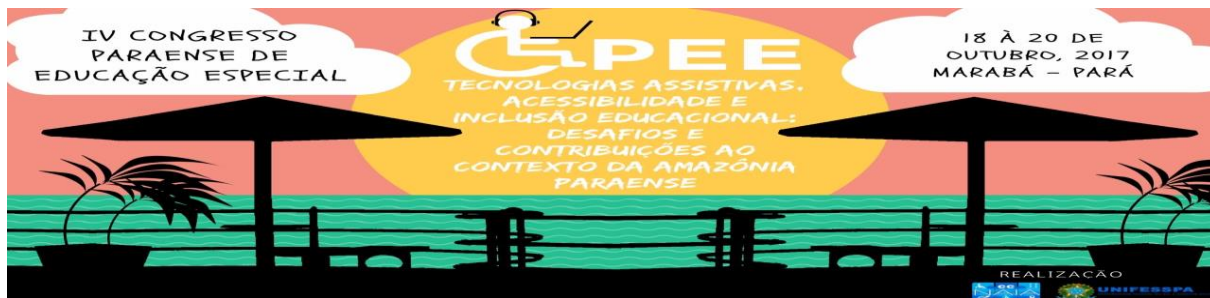
Em decorrência desses direitos, houve uma reestruturação na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Imperatriz (SEMED), no sentido de colocar a formação do professor como prioridade, de modo a garantir e oportunizar aos professores da rede municipal, em especial aos professores que trabalham em sala de recursos, uma formação continuada, que contribua para a inclusão de alunos da Educação Especial em sala de aula.

A partir dessa realidade, questiona-se: como o ensino desenvolvido nas formações de professores para atuar em sala de recursos, oferecida pelo SIADI, vem contribuindo para a inclusão de alunos com deficiência na rede municipal de Imperatriz/MA?

O interesse em pesquisar e desvelar essa problemática se deu a partir da vivência da pesquisadora como professora e formadora do Setor de Inclusão e Atenção à Diversidade de Imperatriz (SIADI) a SEMED, e ainda, professora da disciplina de Fundamentos Teórico Metodológicos da Educação Especial do Curso de Pedagogia da Faculdade e Educação Santa Terezinha (FEST) situada no município de Imperatriz-MA.

O campo de atuação suscitou na pesquisadora muitas inquietações, entre elas a necessidade de aprofundamento teórico; bem como conhecer as contribuições advindas da formação continuada para o processo de inclusão de pessoas com deficiência.

Assim, no percurso de aproximadamente catorze anos, atuando como professora da Educação Especial construiu-se a concepção de que a educação não ocorre apenas em sala de aula com conteúdos já estabelecidos, ela necessita de recursos humanos, pedagógicos e tecnológicos que possam significar a prática educativa. Nesse sentido, encontra-se a importância da formação específica para os professores que atuam na sala de recursos, pois eles podem possibilitar que os alunos com deficiência sejam incluídos na sala de aula comum.



Portanto, esta pesquisa tem como objetivo geral, analisar as formações de professores para atuarem em sala de recursos, oferecidas pelo SIADI, e se estas contribuem para a inclusão de alunos com deficiência na rede municipal de Imperatriz-MA.

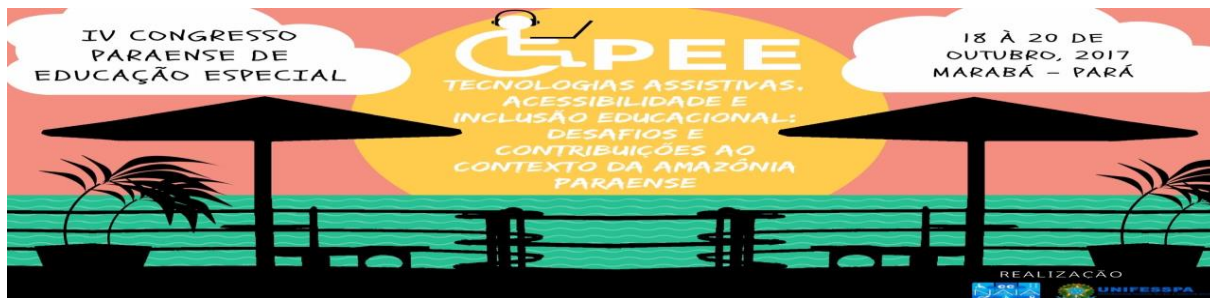
2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para fins de realização dessa pesquisa optou-se pela abordagem qualitativa, por pensar que esse tipo de estudo permitirá conhecer as especificidades do objeto a ser estudado. Deslauriesrs e Kérisitt (2008, p.130) argumentam que:

[...] o objetivo de uma pesquisa qualitativa pode ser o de dar conta das preocupações dos atores sociais, tais quais elas são vividas no cotidiano. Por meio da precisão de detalhes, ela fornecerá informações que se constituirão fonte relevante de conhecimento.

Para responder o objetivo a que este estudo se propõe, foi utilizado como instrumentos de coleta de dados para a pesquisa de campo a observação e entrevistas. Para Szymanski (2004, p.12) a entrevista como uma atividade de interação humana envolve “[...] as percepções do outro e de si, expectativas, sentimentos, preconceitos e interpretações para os protagonistas: entrevistador e entrevistado”.

As entrevistas foram gravadas e transcritas por meio de dispositivo MP3. Os sujeitos entrevistados nesta pesquisa foram professores de salas de recursos da rede municipal de Imperatriz-MA, contemplando um número de cinco professoras, utilizando-se como critérios de escolha: 1º que trabalhe com uma das cinco primeiras salas de recursos implantadas no município de Imperatriz, 2º que seja efetiva do quadro de professores da rede municipal e 3º que faça parte da primeira turma de formação em AEE realizada pelo município de Imperatriz em parceria com a UFC.



A partir desses critérios, foram selecionados uma amostragem de três professoras. Estas assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) autorizando a realização da pesquisa.

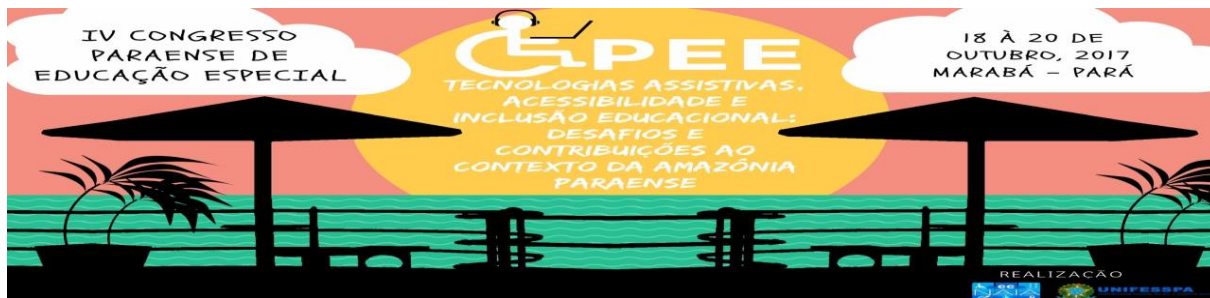
Por fim, optou-se pela análise do conteúdo como recurso metodológico de análise dos dados. Esse recurso auxiliará na compreensão dos indicadores dos documentos e na análise das falas dos diferentes sujeitos deste estudo, pois “a análise do Conteúdo pode ser considerada como um conjunto de técnicas de análises de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens” (BARDIN, 2011).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tratar da Educação Especial e, sobretudo do ensino na formação de professores, tomando por base a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), é algo complexo que carece ser compreendido, devido à sua relevância em prol da efetivação de práticas condizentes para atender aos alunos com deficiências, respeitando suas especificidades e singularidades.

Partindo deste entendimento, destacam-se as percepções das professoras pesquisadas sobre a categoria em análise, que se refere à questão do ensino desenvolvido nas formações de professores em AEE ofertado pelo SIADI em Imperatriz/MA. Nesse sentido, a fala de P1, ressalta a contribuição do ensino desenvolvido nas formações realizadas das quais participou.

O ensino nesta formação contribuiu sim, foi um apoio muito grande mesmo porque através da formação pude contribuir mais, ajudando o meu aluno de sala de recursos, mostrando caminho que ele deve percorrer para superar suas limitações apresentadas, para mim contribuiu e muito (P1).



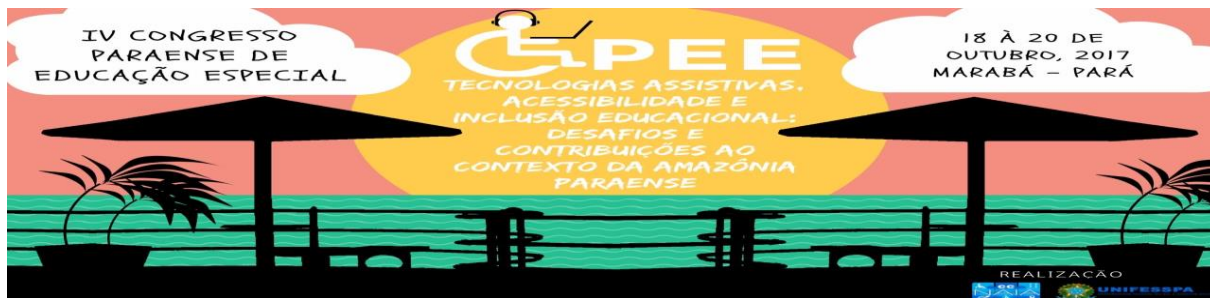
P1 destaca a contribuição do ensino desenvolvido nas formações no sentido de poder ajudar o aluno da sala de recursos a superar seus limites, mostrando caminhos que oportunizam a realização de atividades que antes eram concebidas como obstáculos por serem alunos com deficiências. Logo, o ensino das formações propiciou bases teóricas e práticas à professora com o propósito de buscar suplantar os entraves que existem no atendimento em sala de recursos.

Com base na afirmação de P1, ressalta-se conforme Freire (2002) explica, que o ato de ensinar cria possibilidades, e estas poderão ser eficazes para a efetivação das pretensões de cada professor, conforme os objetivos propostos. Seguindo esse raciocínio, P2 afirma que o ensino desenvolvido na formação foi a peça fundamental para sua prática como profissional no atendimento aos alunos com deficiência. Ela afirma o seguinte:

Para mim, o ensino desenvolvido na formação foi o início da minha caminhada como professora para atender o aluno com deficiência, pois, antes da formação, eu não tinha experiência com este público, e foi nas formações que aprendi a trabalhar sem medo com as diferentes deficiências. Por isso digo as formações contribuíram muito para a minha prática de sala de aula (P2).

A fala de P2 destaca que a formação muito contribuiu para o seu crescimento profissional, pois foi através do ensino na formação que conseguiu adquirir experiência para trabalhar com as diferentes deficiências na sala de recursos. Fica evidente, na fala de P2, que o ensino das formações, além de proporcionar conhecimentos, possibilitou também a construção da sua identidade profissional de docente, podendo, assim, atender às diversidades de modo coerente e com práticas pedagógicas apropriadas.

Já P3 reforça a contribuição do ensino na formação, enfatizando sua condição de aprendente, pois, para ela, não bastam os anos de experiência para se



sentir preparada para atuar com alunos com deficiência; é preciso compreender que sempre há algo novo a aprender.

Embora já tenha tido vastas experiências de aproximadamente 15 anos com trabalho com aluno com deficiência, a formação oportunizada pelo SIADI para nós professores de sala de recursos só veio acrescentar, cada vez que participava de uma formação percebia que não sabia era de nada e isso é contribuição, pois quando se descobre que nada se sabe, aí é que estou aberto a aprender, eu digo, no dia que me sentir pronta e acabada, quero me aposentar, pois no meu entender não tem mais sentido continuar como professora (P3).

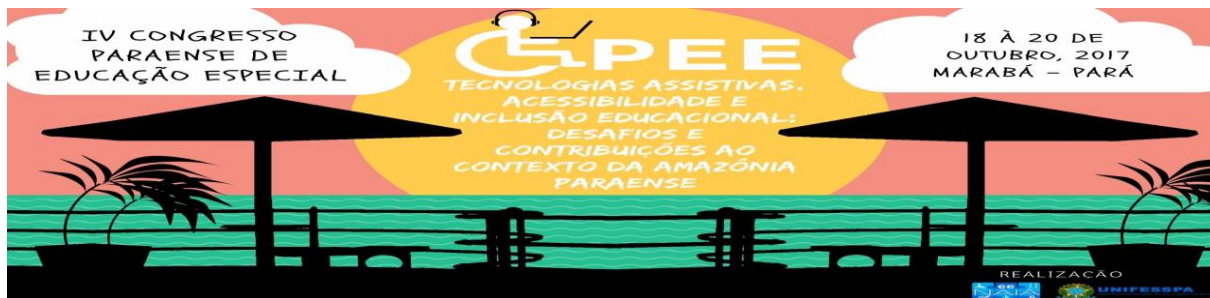
A fala de P3 remete a muitos aspectos. Um deles é a visão de que nós, enquanto professores, nunca estamos prontos, precisamos estar constantemente nos capacitando, principalmente quando nos propomos a um grande desafio como o trabalho com a inclusão dos alunos com deficiência.

Outro aspecto relevante relatado por P3 refere-se ao fato de que ela não se percebia preparada para atuar na Educação Especial, mesmo diante da experiência vivenciada em outra instituição que atendia alunos com deficiências, e que, por esse motivo, considera que o ensino desenvolvido nas formações ofertadas pelo SIADI lhe trouxe muitas contribuições, principalmente no que se refere à melhoria de sua prática pedagógica.

Freire (1996) afirma que, em se tratando da formação de professores, a reflexão crítica sobre sua prática é de fundamental importância, ou seja, é indispensável que se reflita, criticamente, sobre as suas práticas presentes e passadas para que haja melhorias em suas práticas futuras.

Com base na citação acima e nas falas destacadas anteriormente, percebe-se que, mesmo com experiência profissional na área, como destacou P3, faz-se necessária a construção de novos conhecimentos teóricos e práticos para o exercício de um ensino que promova a inserção do aluno com deficiência na sala comum. A respeito da unidade entre a teoria e a prática, Candau (2005, p. 25) explicita:

**IV CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
18 a 20 de outubro de 2017 – UNIFESSPA/Marabá-PA
ISSN 2526-3579**



Teoria e prática são dois componentes indissolúveis da “práxis” definida como atividade teórico prática, ou seja, tem um lado ideal, teórico e um lado material, propriamente prático, com a particularidade de que só artificialmente, por um processo de abstração, podemos separar um do outro.

Partindo desse pressuposto, é imprescindível que, no processo de ensinar alunos com deficiência, a relação teoria e prática se torne uma constante na vida profissional de todos os professores que lidam com as especificidades de uma sala de recursos. Nesse sentido, o ensino desenvolvido na formação ofertada pelo SIADI buscou convergir a práxis, com o intuito de promover mais embasamentos aos professores que trabalham em sala de recursos, bem como dinâmicas em suas práticas pedagógicas.

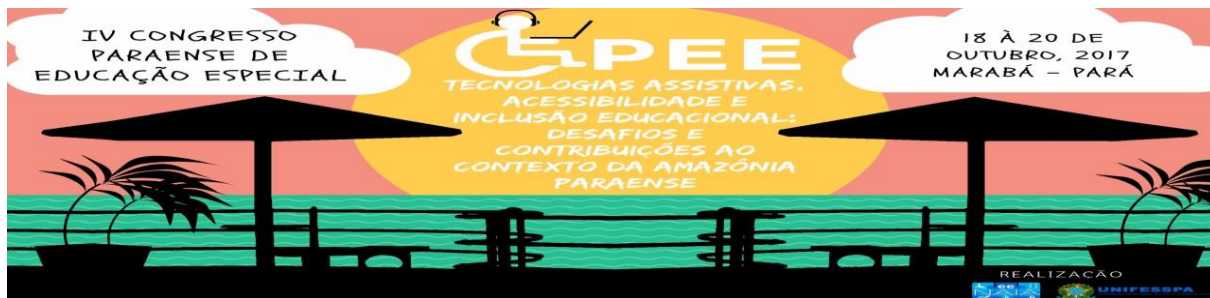
Ainda sobre o aspecto abordado acima, convém ressaltar as falas das professoras sobre o momento em que o ensino desenvolvido na formação ofertada pelo SIADI destaca as orientações para elaborar um plano de atendimento individual a ser desenvolvido nas salas de recursos, para o aluno com deficiência:

Foi na formação realizada pelo SIADI que aprendi a elaborar um plano de atendimento individual para o aluno com deficiência, pois o curso em AEE que fiz anteriormente foi ensinado, mas foi com o ensino nas formações do SIADI que realmente aprendi (P2).

Apesar da minha vasta experiência com alunos com deficiência, foi na formação ofertada pelo o SIADI, que aprendi a planejar para atender esses alunos. Então digo, a formação ofertada pelo SIADI tem contribuído e muito para a mudança na minha prática pedagógica de sala de aula (P3).

As falas acima enfatizam a qualidade do ensino na formação do SIADI. P2 se remete ao fato de uma aprendizagem efetiva na construção do plano de atendimento, principalmente quando faz a comparação sobre o que realmente conseguiu aprender nos diversos momentos de estudos. P3 também considera que aprendeu a planejar para atender os alunos nas suas diferentes especificidades. As falas das professoras revelam o quanto foi significativo o ensino promovido, fomentando inclusive mudanças na prática pedagógica de uma das professoras.

**IV CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
18 a 20 de outubro de 2017 – UNIFESSPA/Marabá-PA
ISSN 2526-3579**



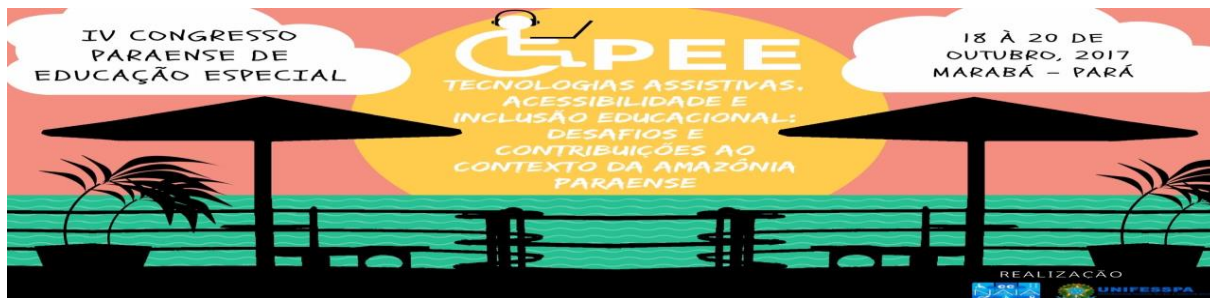
Mediante as falas das professoras, entende-se que o momento teórico, aliado à atividade prática, foi esclarecedor, além de construtor de uma nova concepção sobre a prática do planejamento para esse grupo específico, visto que planejar “[...] é o ato de pensar sobre um possível e viável fazer” (MENEGOLLA; SANT’ANNA, 2005, p 17).

Reforçando a ideias dos autores anteriormente citados, ressalta-se P2, quando ela relata que “*Foi na formação realizada pelo SIADI, que aprendi a elaborar um plano de atendimento [...]*”. Dessa forma, a partir da fala da professora pesquisada, mais uma vez fica evidenciada a importância do aprendizado adquirido no ensino da formação sobre a temática do planejamento em AEE e sua relevância para o fazer pedagógico voltado ao aluno com deficiência.

Nas palavras de Gandin (1983), o planejamento é um processo de transformação da realidade e, por extensão, da construção de uma nova realidade. Portanto, deve ser um elemento articulador para o sucesso de uma prática pedagógica segura e consistente. Nesse viés, a aquisição de embasamentos sobre o ato de planejar para pessoas com deficiência é fundamental na medida em que suas especificidades devem ser respeitadas.

Seguindo o raciocínio acima destacado, observou-se no decorrer das visitas às salas de recursos, vários atendimentos a alunos com deficiências. Constatou-se, por parte das professoras a utilização do plano de atendimento no AEE. Neste plano é definido se o atendimento será grupal ou individual, são estabelecidas as atividades que serão realizadas, quantos dias o aluno irá frequentar a sala de recursos e a carga horária destinada para o desenvolvimento das atividades, conforme a necessidade do aluno. O plano de atendimento deve considerar as peculiaridades de cada aluno atendido em sala de recursos.

Conforme Ropoli (2010, p. 22), ao explicar a construção do plano de AEE, ressalta que:



[...] o primeiro passo para se planejar o Atendimento não é saber as causas, diagnósticos, prognóstico da suposta deficiência do aluno. Antes da deficiência, vem a pessoa, o aluno, com sua história de vida, sua individualidade, seus desejos e diferenças.

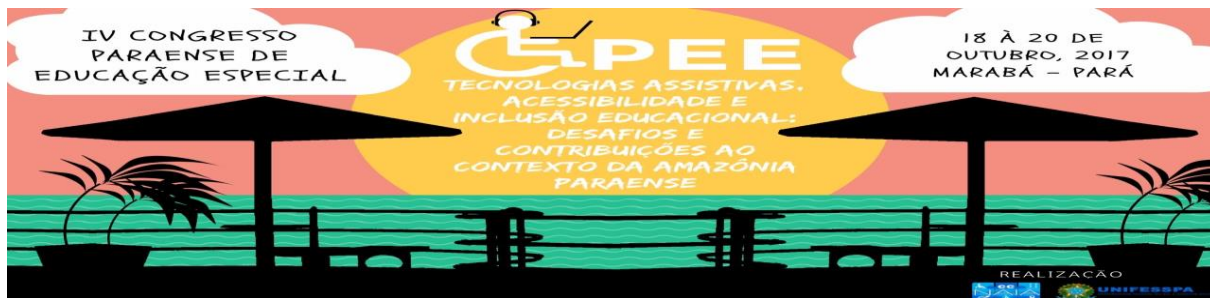
Sobre as etapas para a construção dos planos de atendimentos a serem realizados pelas professoras de salas de recursos no município de Imperatriz/MA, o ensino desenvolvido nas formações ofertadas pelo SIADI proporcionou aportes teóricos e práticos. De acordo com P1, a trajetória percorrida durante a formação lhe forneceu embasamento para, posteriormente, conseguir efetivamente fazer os planos de atendimentos no AEE.

Quando realizei o curso em AEE, tive que elaborar um estudo de caso. Na elaboração tinha que escolher um aluno com deficiência, entrevistar a professora de sala comum deste aluno, visitar a família e por último elaborar o plano de atendimento a ser aplicado com este aluno. Isso me oportunizou a conhecer um pouco mais sobre a deficiência escolhida. Foi uma experiência muito boa, e isso só foi possível porque estava participando da formação do SIADI (P1).

A partir da fala apresentada de P1, pode-se comprovar que ela deixa claro que o ensino desenvolvido na formação ofertada pelo SIADI aos professores que atuam no AEE possibilitou a aprendizagem sistemática e coerente para a construção de um plano de atendimento específico ao público da Educação Especial.

Na visão de Ropoli (2010), a construção dos planos de AEE deve ser norteadas pelas especificidades dos alunos com deficiência, de modo a contemplar recursos, equipamentos, dentre outros, que possam lhes possibilitar a aprendizagem necessária ao seu desenvolvimento pleno.

Corroborando a afirmação do autor acima, percebeu-se nas observações a efetivação desta etapa de ensino ofertada pelo SIADI. Os materiais construídos pelas professoras de sala de recursos, que se configuram como tecnologia assistiva



(TA), são exemplos de que o trabalho desenvolvido no ensino das formações tornou-se concreto, o que possibilitou melhores aprendizagens dos alunos com deficiência.

Portanto, fica ratificado que o ensino desenvolvido nas formações ofertadas pelo SIADI para atender o aluno da sala de recursos vem proporcionando aos professores do AEE um aprendizado comprometido com a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa envolveu o ensino desenvolvido nas formações ofertadas pelo SIADI aos professores que atuam na sala de recursos e culminou com a análise dos resultados das investigações junto a três professoras que atuam com alunos com deficiências.

Ao retomar o objetivo geral desta pesquisa, que foi – analisar as formações de professores para atuarem em sala de recursos, oferecidas pelo SIADI, e se estas contribuem para a inclusão de alunos com deficiência na rede municipal de Imperatriz-MA –, foram necessárias algumas tessituras a respeito do processo histórico em que as pessoas com deficiência estiveram inseridas.

Portanto, ficaram evidenciadas diversas contribuições que emergiram a partir do ensino desenvolvido nas formações ofertadas pelo SIADI. Dentre elas, cabe destacar o leque de conhecimentos adquiridos sobre os alunos com deficiências. A construção de conhecimentos na relação teoria e prática com a equipe formadora do SIADI através do ensino ofertado é outro ponto que merece destaque, além do aprendizado referente aos recursos pedagógicos e acessíveis para o atendimento aos alunos com deficiência nas salas de recursos, haja vista que estes poderão contribuir no processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos, independentemente de sua condição física, social, emocional e cultural e consequentemente no processo inclusivo.

REFERÊNCIAS

**IV CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
18 a 20 de outubro de 2017 – UNIFESSPA/Marabá-PA
ISSN 2526-3579**



BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação inclusiva e escolarização dos surdos**. Revista Integração, Brasília: MEC/SEESP, ano 13, n.23, p.37-42, 1993.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. Legislação – **Lei n. 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm> Acesso em 23/11/2016 às 17:24.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. Legislação – **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htmv> Acesso em 24/11/2016 às 17:24.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. Legislação – **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Publicada no Diário Oficial da União nº 191 – A, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 23/11/2016 às 17:24.

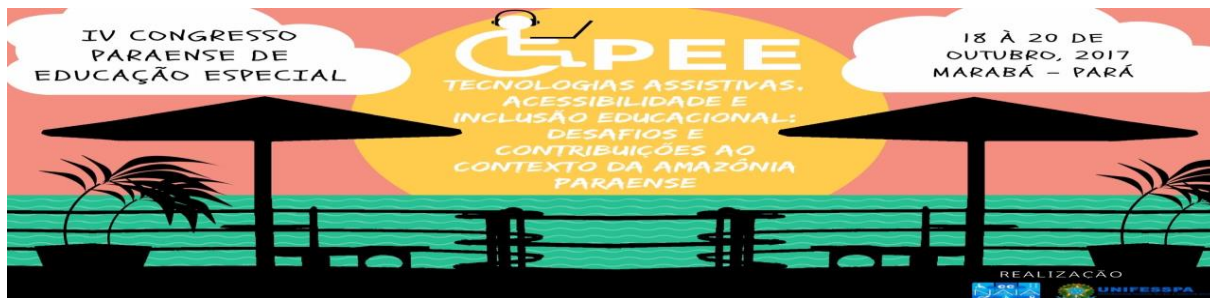
BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. Legislação – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 25/02/2017 às 15:36.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em 09/02/2017 às 10:00.

BRASIL, Presidência da República – Casa Civil. Legislação - **Decreto 7.611/11**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em 05/02/2017 às 10:35.

BRASIL, Presidência da República – Casa Civil. Legislação - **Decreto n 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

IV CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
18 a 20 de outubro de 2017 – UNIFESSPA/Marabá-PA
ISSN 2526-3579



e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm. Acesso em 08/02/2017 às 13:35.

BRASIL, Presidência da República – Casa Civil. Legislação - **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm Acesso em 14/02/2017 às 08:35.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em 03/02/2017 às 19:07.

Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <http://redeinclusao.pt/media/fl_9.pdf>. Acesso em 18/02/2017 às 19:07.

DESLAURIÉS, Jean-Pierre. KÉRISIT, Michéle. O delineamento de pesquisa qualitativa. IN: POUPART, Jean. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 127-153.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.